

Unidade & Luta

REVISTA DA FUP - FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLÉRIOS
ANO 1, NÚMERO 01 - JANEIRO/2011 - BRASIL



Unidade & Luta



| | |
|--|---------|
| Editorial | 5 |
| Entrevista | 6 e 7 |
| Nasce um novo Brasil | 8 e 9 |
| Pré-sal sem concessão | 10 a 13 |
| Dilma, o petróleo é nosso! | 14 a 16 |
| O Brasil pode mais | 17 |
| Direito à terra | 18 |
| Quem luta conquista | 19 |
| Democratização da comunicação | 20 e 21 |
| Petrobrás: do desmonte ao pré-sal | 22 e 23 |
| A maior greve da categoria | 24 |
| Petrobrás x Petrobrax: a luta continua | 25 a 29 |
| Lutas e conquistas no governo Lula | 30 a 34 |



FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS

COORDENAÇÃO

João Antônio de Moraes - moraes@fup.org.br

SECRETARIA DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Marlúzio Ferreira Dantas - marluzio@fup.org.br

Simval Gonzaga Lordelo - simval@fup.org.br

SECRETARIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO

José Genivaldo da Silva - silva@fup.org.br

Aldemir Coetano - coetano@fup.org.br

SECRETARIA DE POLÍTICA E FORMAÇÃO SINDICAL

Daniel Samarate - samarate@fup.org.br

Ester Bárbara da Silva - ester@fup.org.br

SECRETARIA DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, JURÍDICOS E TRABALHADORES TERCEIRIZADOS

Leopoldino Ferreira Paula - leopoldino@fup.org.br

José Divanilton Silva - divanilton@fup.org.br

SECRETARIA DE SAÚDE, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Simão Zanardi Filho - simaozanardi@fup.org.br

Jorge Machado Freitas - machado@fup.org.br

SECRETARIA DE SEGURIDADE, APOSENTADOS E POLÍTICAS SOCIAIS

Paulo César Martin - pc@fup.org.br

Francisco Rocho Ramos, Chicão - chicao@fup.org.br

SECRETARIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SETOR PRIVADO

Anselmo Ernesto Ruoso Júnior - anselmo@fup.org.br

Ubiraney Ribeiro Porto - ubiraney@fup.org.br

SINDICATOS FILIADOS:

Sindipetro Amazonas

Tel: (92) 32345262 – www.sindipetroom.org.br

Sindipetro Ceará

Tel: (85) 3238-6355 – www.sindipetro-ce.org.br

Sindipetro Duque de Caxias

Tel: (21) 3774-4083 – www.sindipetrocaxias.org.br

Sindipetro-ES

Tel: (27) 3763-2640 – www.sindipetro-es.org.br

Sindipetro Minas Gerais

Tel: (31) 2515-5555 – www.sindipetromg.org.br

Sindipetro Norte Fluminense

Tel: (22) 2765-9550 – www.sindipetronf.org.br

Sindipetro Paraná/Santa Catarina

Tel: (41) 3332-4554 – www.sindipetroprsc.org.br

Sindipetro Pernambuco/Paraíba

Tel: (81) 3463-8473 – www.sindipetropepb.org.br

Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia

Tel: (71) 3444-1313 - www.sind.org.br

Sindipetro Rio Grande do Norte

Tel: (84) 3344-6800 – www.sindipetrorn.org.br

Sindipetro Rio Grande

Tel: (53) 3232-2877 –

Sindipetro Unificado do Estado de São Paulo – www.sindipetrosp.org.br

Tel: (11) 3255-0113



EXPEDIENTE

Unidade & Luta é uma publicação da Federação Única dos Petroleiros – FUP/CUT, Avenida Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro. Tel: (21) 3852-5002. www.fup.org.br E-mail: imprensa@fup.org.br

Redação e Edição:

Alessandra Murtoins – MTB 16763.

Projeto Gráfico e Diagramação:

Kamilo – MTB 20478.

Fotos: Nando Neves, Samuel Tosta, Robson Montes, Paulo Neves, Roberto Stuckert Filho, Agência CUT, Agência Petrolbras de Notícias, FUP e Sindipetros. Charges: Bino Dantas.

Colaboração: Carol Cavassa e Marlúzio F. Dantas.



Até 2002, as principais palavras de ordens dos petroleiros nas campanhas reivindicatórias eram: reintegração dos demitidos, recomposição dos efetivos, fim das discriminações entre novos e antigos, igualdade de direitos para todos, não aos bônus, novo plano de cargos e salários, ganho real, direito de recusa, basta de acidentes, melhorias na AMS, solução das pendências previdenciárias, equilíbrio do Plano Petros... Por conta dos sucessivos ataques dos governos neoliberais, a FUP agia basicamente na trincheira das lutas corporativas, atuando como um sindicato nacional, resistindo ao autoritarismo dos gestores da Petrobrás e da Petros e aos cortes de direitos.

Após a eleição do presiden-

te Lula, o país inicia uma experiência política inédita, através de um governo popular e democrático, que tem o apoio dos movimentos sociais e da classe trabalhadora organizada. Em 2008, os petroleiros, assim como outras categorias do setor público, começam a se inserir em um novo patamar de lutas, com maior interlocução com o governo e os dirigentes das estatais, entre elas a Petrobrás.

A FUP passa a atuar como agente político, protagonista das mudanças pelas quais sempre lutou. Intensifica a interlocução e as mobilizações conjuntas com os movimentos sociais, fazendo-se presente nos debates nacionais e levando a agenda dos trabalhadores para o Congresso Nacional e para as esferas governamentais.

Com independência política, os petroleiros se posicionaram, quando necessário, contra o retrocesso, da mesma forma

que foram à luta incontáveis vezes, pressionando o governo e os gestores da Petrobrás por mudanças. Preservando a autonomia sindical, a FUP soube manter o foco sobre contra quem estava lutando. Ganhou umas batalhas, perdeu outras, mas sem negligenciar os avanços e conquistas dos trabalhadores e do povo brasileiro.

Na luta pela soberania, a Federação unificou os movimentos sociais em torno do petróleo e conquistou avanços importantes, principalmente no sentido de pautar o governo e os parlamentares sobre a necessidade do Estado controlar os recursos energéticos do país. A autonomia e a independência política continuarão sendo os pilares da FUP na defesa de um projeto popular e democrático de reconstrução do Brasil, onde a Petrobrás e o pré-sal são o passaporte da nação para um futuro sem miséria, com mais e melhores empregos, educação, saúde e desenvolvimento para todos.

Que venham as lutas futuras, com unidade e muita disposição para garantir mais e melhores conquistas!

O coordenador geral da FUP, João Antônio de Moraes, faz um breve balanço das lutas, conquistas e decepções dos petroleiros no governo Lula e resalta os desafios da categoria para os próximos anos.



Unidade & Luta Qual foi a maior vitória dos petroleiros no governo Lula?

Certamente, nossa maior vitória foi a retomada dos investimentos na indústria do petróleo, particularmente na Petrobrás. No governo do PSDB, a empresa estava praticamente proibida de investir, não podia nem participar da disputa por novas áreas petrolíferas. A partir do governo Lula, a Petrobrás retomou os investimentos no setor e voltou a contratar trabalhadores, uma luta contínua da FUP e de seus sindicatos. Em 2002, nós tínhamos pouco mais de 30 mil petroleiros e hoje já somos mais de 70 mil no Sistema Petrobrás. Foi uma conquista importante da categoria, mas é preciso avançarmos muito mais. Nossa luta é para que todos os postos permanentes de trabalho no Sistema Petrobrás sejam primeirizados.

Unidade & Luta E as maiores decepções?

A não realização das reformas sindicais nos moldes da convenção 87 da OIT, que significa a liberdade e autonomia sindical, e da reforma agrária que contemple não só a democratização da terra, mas também possibilite a infraestrutura para a agricultura familiar. Outra decepção que tivemos no governo Lula

foi a manutenção dos leilões de petróleo, como determina a Lei 9478, herdada dos tucanos FHC, Serra e companhia.

Unidade & Luta O pré-sal foi o tema mais recorrente na eleição de 2010. Os petroleiros participaram ativamente da campanha pela eleição de Dilma. Que expectativas a FUP tem em relação ao novo governo?

Nós petroleiros participamos ativamente da campanha eleitoral da presidente Dilma Rousseff. Porém, sem perder a autonomia de reivindicação, fato que consideramos necessário em qualquer tipo de governo. Nestas eleições, dois projetos estavam em disputa e nós entendemos que a presidente Dilma representa a continuidade de um projeto que mudou o país para melhor. Portanto, a expectativa dos petroleiros é que o novo governo, de fato, represente a continuidade da mudança, inclusive, que siga mais focado nas questões nacionalistas e que torne o Brasil mais soberano e com maior distribuição de renda.

Unidade & Luta Ao longo dos oito anos do governo Lula, os petroleiros recuperaram direitos e ampliaram diversas conquistas. Que pendências da categoria ainda faltam ser resolvidas?

No ano de 2011, os petroleiros continuarão na luta pela extinção de uma política de SMS autoritária, que maquia as estatísticas de acidentes e que continua assassinando diversos trabalhadores do Sistema Petrobrás. As questões do setor privado também continuam entre as principais bandeiras de luta da FUP, que, nos últimos anos, intensificou as mobilizações por melhores condições de trabalho para os petroleiros terceirizados.

Unidade & Luta Segundo levantamentos preliminares, os projetos de expansão da Petrobrás na área de refino e na exploração do pré-sal demandarão a contratação de pelo menos 212 mil trabalhadores nos próximos três anos. Como a FUP atuará para organizar esses petroleiros e garantir condições dignas de trabalho, principalmente para os terceirizados?

Primeiramente, é preciso que as organizações sindicais estejam bastante abertas aos novos jovens trabalhadores que chegam. Temos que ouvir suas demandas e entender a forma como vivem o mundo. Em segundo lugar, também é necessário que tenhamos uma atenção específica para o setor privado da indústria do petróleo, já que hoje existem muitas empresas atuando nesta área, fato que tem causado um enorme envasamento da contratação de trabalhadores terceirizados. Diante disso, a FUP e seus sindicatos têm a meta de lutar contra a terceirização, mas a favor dos terceirizados, ou seja, lutar contra a política de precarização do trabalho. É preciso construir uma unidade maior entre os trabalhadores próprios do Sistema Petrobrás com os terceirizados e, desta forma, ajudá-los na organização sindical, para que melhores condições de trabalho sejam conquistadas. Assim como nós trabalhadores próprios do Sistema Petrobrás conseguimos, ao longo de muitos anos de luta e organização.

Unidade & Luta Na última década, a FUP se destacou como uma das entidades mais atuantes na luta pela soberania nacional, principalmente, na campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Como tem sido aliar a agenda corporativa à agenda política, sem perder o respaldo da categoria?

Certamente, não é fácil aliar estas duas agendas, devido à grande demanda de compromissos de todos os representantes da Federação e da sua militância. No entanto, estas agendas não são contraditórias, muito pelo contrário. Nas agendas políticas, discutimos



fatos relevantes para o país, questões do pré-sal e novas legislações do petróleo. Sendo assim, as discussões políticas são que legitimam as nossas agendas corporativas. Portanto, não podemos renegar nossa militância política. E cada vez mais importante discutir a situação do país, a consequência da exploração do petróleo, para que seja feita em benefício do povo brasileiro. Temos que intervir para que a enorme riqueza do pré-sal seja voltada para as questões estruturantes da sociedade e com conscientização da população em relação à aplicação dos recursos do petróleo. Nós somos protagonistas deste fato, por isso, uma das nossas obrigações é envolver a sociedade neste debate. E foi isso que fizemos na FUP, durante o último período, quando debatemos os temas que afetam diretamente a categoria, como as condições de trabalho nas plataformas, refinarias e terminais, assim como questões políticas mais amplas, fato que nos legitima perante a sociedade. Quem trabalha e tem a prerrogativa de produzir energia para o povo brasileiro também tem a obrigação de discutir os problemas do povo, com a mesma sensibilidade e dedicação com que discute os problemas diretamente ligados à categoria petroleira. Para a FUP, aliar estas duas agendas é totalmente gratificante, porque isto deixa claro para o Brasil que os petroleiros, acima de tudo, estão a serviço do povo.

Unidade & Luta Um estudo apresentado pelo Greenpeace aponta que a matriz energética brasileira pode chegar a 2050 com 93% de fontes renováveis, produzindo o triplo do que é ofertado hoje e já considerando a tendência de crescimento econômico. As questões ambientais ainda são pouco exploradas na pauta sindical dos petroleiros?

Neste sentido, ainda precisamos avançar bastante. A FUP, como entidade representativa dos trabalhadores do setor petróleo, se envolveu nas três plenárias nacionais da campanha "O Petróleo tem que ser Nosso". Nós reunimos diversos movimentos sociais brasileiros e elaboramos um projeto de lei que prevê que 5% de todo o excedente da indústria petroleira sejam investidos em questões ambientais, como a aplicação em desenvolvimento de novas energias limpas e renováveis e em compensações ambientais pelos danos causados por esta indústria. Diante disso, nós temos procurado pautar a questão ambiental na categoria e entre os movimentos sociais. Lógico que sabemos que estas ações ainda estão aquém do necessário. Mas é preciso que de fato possamos conseguir envolver os trabalhadores nestas questões de maneira mais efetiva. E é isso que a FUP tem procurado fazer. No nosso projeto de lei, por exemplo, a questão ambiental também está inclusa. A categoria petroleira não ficará alheia a tudo isso. Aplicar os recursos do petróleo em novas fontes de energia é crucial para a sobrevivência da raça humana e do planeta.

Unidade & Luta Em 2011, a FUP e os movimentos sociais continuam com a cam-

panha "O petróleo tem que ser nosso", mas em um novo cenário. O país tem duas legislações regulamentando a indústria petrolífera: concessão e partilha. O desafio será maior?

Sem dúvida. Na verdade o desafio é mais complexo, uma vez que na atual conjuntura o Brasil tem uma lei que foi herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso e dos tucanos, cujo sistema de exploração é o de concessões, uma das piores legislações do mundo. Neste modelo, as empresas que ganham os leilões são donas do nosso petróleo. Este tipo de exploração continuará valendo apenas em 30% das áreas do pré-sal já leiloadas e nas jazidas que não fazem parte desta nova descoberta. Felizmente, nas áreas do pré-sal, teremos uma nova legislação, cujo sistema de exploração é o de partilha. Este novo modelo tem muitos avanços, apesar de não atingir o que nós petroleiros consideramos ideal para a soberania nacional, que é o monopólio estatal do petróleo, executado pela Petrobrás 100% pública. A complexidade do cenário se dá justamente pelo fato de que teremos duas legislações em vigência. Além disso, também teremos o regime da cessão onerosa, que no caso, possibilita a capitalização da Petrobrás. Portanto, nós que somos militantes desta área, teremos que nos dedicar muito mais ao conhecimento de todas as legislações para podermos contrapor a tudo isso. Para nós da campanha "O Petróleo tem que ser Nosso", a luta ainda é para garantir a aprovação do projeto de lei da FUP e dos movimentos sociais, que é o PLS 531/2009, e que atualmente, tramita no Senado Federal. O Projeto foi aprovado na Comissão de Legislação Participativa e aguarda ser votado na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal. Somentes a luta social, através da mobilização do povo nas ruas, que permitirá a aprovação desta lei, que é a ideal para o país. Certamente, faremos isto sem perder de vista as discussões referentes à regulamentação e à implementação do Fundo Social, que já foi aprovado nas últimas semanas. Um exemplo de como este modelo funcionará é a destinação de 50% destes recursos para a educação, conforme reivindicado pelo movimento estudantil. Sem dúvidas, a aprovação deste fundo já é uma grande vitória dos movimentos sociais.

Nasce um novo

Soberania, democracia e justiça social são bandeiras de luta que confundem-se com a história da FUP. Junto com outras categorias organizadas, os petroleiros enfrentaram as políticas neoliberais de encolhimento do Estado, privatização, retirada de direitos, precarização do trabalho. O Brasil que começou a surgir a partir de 2003 é resultado da organização, unidade e luta da classe trabalhadora. As mudanças iniciadas no governo Lula foram pautadas pelos movimentos sociais e vêm promovendo cidadania para milhões de brasileiros, antes relegados à exclusão e à miséria. O país gerou 15 milhões de postos de trabalho formais nos últimos oito anos. A luta constante da CUT pela valorização do salário mínimo possibilitou avanços importantes na distribuição de renda. Pelo menos 21 milhões de pessoas saíram da linha de miséria e outros 32 milhões de brasileiros ascenderam à classe média. A renda dos 10% mais pobres cresceu seis vezes mais do que a dos 10% mais ricos. Mas ainda temos muita luta pela frente para fazer o país avançar. Metade da renda do Brasil continua concentrada entre os 10% mais ricos, enquanto os 50% mais pobres do país usufruem juntos de apenas 10% da riqueza nacional.



Petrobrás na linha de

O enfrentamento dos petroleiros às políticas neoliberais do governo FHC (PSDB/DEM) impediu a privatização da Petrobrás. Uma luta que foi preponderante para que a empresa pudesse hoje ser a alavanca da economia brasileira, gerando emprego, distribuindo renda e desenvolvendo estados que antes eram marginalizados, como os das regiões Norte e Nordeste. A Petrobrás, sozinha, responde por mais de 20% de todos os investimentos do país. Suas atividades, de forma direta e indireta, geram uma riqueza que representa cerca de 12% do Produto Interno Bruto. A renda que a estatal cria para o Brasil é reinvestida no país através da maioria dos projetos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Nada disso seria possível, sem organização e



luta da categoria petroleira, cuja greve de 32 dias em maio de 1995 foi fundamental para impedir a privatização da Petrobrás.

O renascimento da indústria naval



A indústria naval, que foi destruída no passado pelos governos neoliberais, gera atualmente cerca de 78 mil postos de trabalho diretos e mais de 200 mil empregos indiretos. Só as embarcações da Transpetro deverão impulsionar nos próximos

anos mais 160 mil novas vagas. A nacionalização das encomendas da Petrobrás, uma das principais bandeiras de luta dos petroleiros, foi abraçada pelo governo Lula. Hoje, o Brasil tem o maior programa de investimentos offshore do mundo.



frente



Petroleiros construídos no Brasil

Em 2010, foram lançados ao mar os três primeiros navios construídos no Brasil, através do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Petrobrás Transporte (Promef). O marinheiro negro João Cândido deu nome ao primeiro petroleiro construído no Brasil nos últimos 13 anos. A última embarcação de grande porte fabricada pela indústria nacional havia sido entregue à Petrobrás em 1997, após ter levado dez anos para ser concluída. Os outros dois navios lançados ao mar pela Transpetro homenagearam outras duas grandes

personalidades brasileiras: Celso Furtado e Sérgio Buarque de Holanda.

Ao longo dos anos 90, a indústria naval brasileira praticamente desapareceu, após ser a segunda maior fabricante mundial nos anos 70. Através do Promef, o Brasil passou a ocupar a quarta posição no mundo em construção de navios petroleiros. Lançado em 2005, o Programa prevê a fabricação de 49 navios no Brasil, dos quais 33 já foram contratados. Além disso, a reativação da indústria naval também possibilitou a encomenda de mais de 200 navios fora do Promef.

Pré-sal sem concessão

A luta dos petroleiros contra os leilões de petróleo e para que a Petrobrás seja uma empresa 100% pública tornou-se ainda mais urgente com a descoberta do pré-sal. As mobilizações organizadas pela FUP em conjunto com os movimentos sociais foram decisivas para que o governo Lula retirasse dos leilões as áreas do pré-sal e iniciasse uma discussão em torno da mudança do modelo de exploração destas reservas. Uma decisão política que, apesar de considerada tímida pela FUP, colocou pela primeira vez em xe-



que a desregulamentação que o PSDB e DEM impuseram ao setor, ao quebrar o monopólio da União e criar os leilões de concessão.

O Brasil, finalmente, começou a despertar nos últimos oito anos para a importância estratégica do petróleo.

Petrobrás 100% pública e mais nacional

Ao final do governo FHC (PSDB/DEM), a participação do Estado no controle da Petrobrás já havia sido reduzida de 85,72% para 55,7% das ações votantes. A União detinha apenas 32,53% de participação no capital total da empresa, menos da metade dos 78,58% que possuía em 1985. Em 2010, o Estado brasileiro passou a ter 64% das ações com direito a voto e aumentou para 48% sua participação no capital total da empresa. A participação acionária dos investidores internacionais foi reduzida de 37,8% para 26%.

A Petrobrás só não chegou a ser completamente privatizada no governo FHC, devido à resistência dos trabalhadores. No governo Lula, a empresa foi fortalecida, tornando-se mais estatal, mais nacional e economicamente preparada para ser a operadora única do pré-sal. A FUP e os movimentos sociais, no entanto, querem muito mais: defendem que a Petrobrás seja uma empresa 100% pública e a única operadora de todo o petróleo brasileiro, fazendo justiça à sua história e ao seu nome,



Soberania só com controle do Estado

A Petrobrás começou em outubro de 2010 a produzir petróleo do pré-sal na Bacia de Santos. A área de Tupi, adquirida em leilão, ainda sob o regime de concessão, tem 65% de participação da estatal e os outros 35% sob o controle das multinacionais BG e Galp. Cerca de 40% do pré-sal que já foi leiloado foram entregues ao setor privado, comprometendo a soberania do país e impedindo que esta riqueza seja utilizada em benefício do povo brasileiro.

Depois de 15 meses de discussões e votações no Congresso Nacional, a nova legislação proposta pelo governo Lula para o pré-sal

foi aprovada no final de 2010. Apesar do regime de partilha, da capitalização da Petrobrás e do fundo social contribuírem para a ampliação da participação do Estado na indústria de petróleo, esses avanços não são suficientes para garantir a soberania do povo brasileiro sobre um bem tão estratégico. A nova legislação supera o atual modelo privatista de concessão, herdado de FHC (PSDB/DEM), mas não estabelece o controle integral do Estado sobre o setor, permitindo que as empresas privadas continuem se apropriando do petróleo, do gás natural e de seus derivados.

Em defesa dos campos terrestres

A mobilização nacional conduzida pela FUP em defesa da manutenção dos investimentos da Petrobrás nos campos de produção terrestres impediu a entrega destes ativos ao setor privado, como queriam os empresários e os parlamentares que alteraram a proposta original do governo para a capitalização da estatal. Conforme reivindicado pela FUP, o presidente Lula, ao sancionar no dia 30 de junho de 2010 o projeto de lei, vetou o trecho que obrigava a Petrobrás a se desfazer de mais de 70% dos seus campos terrestres para ressair de União no processo de capitalização.

Foi uma importante vitória da Federação e dos seus sindicatos, que desde 2009, se mobilizavam contra as tentativas dos empresários de desqualificar os



ativos terrestres da Petrobrás para abocanhar os campos da estatal no Nordeste, Norte Capiçaba e na região Norte do país. O tempo todo, a FUP manteve-se alerta, defendendo o projeto de lei construído coletivamente

com os movimentos sociais em favor do monopólio estatal do petróleo e da Petrobrás 100% pública, e também se mobilizando contra os ataques dos privatistas de plantão, que tentavam pegar carona nos projetos do governo.



A omissão do PSTU/Semlutas

Enquanto a FUP mobilizava o presidente da República, os parlamentares e a sociedade contra as tentativas de privatização dos ativos terrestres da Petrobrás, o PSTU, mais uma vez, fugiu da luta. Em Sergipe e em Alagoas, suas bases sindicais, as mobilizações em defesa dos campos operados pela Petrobrás foram organizadas pela oposição petroleira, apoiada pela FUP. O sindicato do PSTU/Semlutas permaneceu o tempo todo omissos, deixando completamente à deriva os milhares de trabalhadores dos campos terrestres de produção, que corriam sério risco de desemprego, caso a Petrobrás interrompesse os investimentos na região. Em vez de somar-se à FUP na luta contra a entrega dos campos terrestres, a direção do Sindipetro-SE/AL deixou o caminho livre para os privatistas, repetindo o mesmo equívoco político que cometeu, quando recusou-se a unir-se aos movimentos sociais na defesa do projeto de lei que restabelece o monopólio estatal do petróleo.

Bandeira histórica da FUP

Muito antes do presidente Lula criar em julho de 2008 a comissão interministerial para discutir novas regras de exploração para o pré-sal, a FUP já se mobilizava para garantir o controle estatal e social do petróleo brasileiro. Após intensos debates, que envolveram organizações populares, estudantis e sindicais, os petroleiros construíram uma proposta unitária de legislação para o setor, que foi apresentada em agosto de 2009 ao Congresso Nacional e tramita agora no Senado Federal como Projeto de Lei 531/09. A proposta da FUP e dos movimentos sociais restabelece a execução do monopólio estatal do setor, através da



Petrobrás 100% pública, e prevê também a retomada das áreas exploratórias que foram leiloadas, a reincorporação da Transpetro, entre ou-

tras medidas que consolidam a soberania nacional na indústria petrolífera e a destinação social da riqueza gerada por este recurso estratégico.

A luta pelo monopólio continua

A FUP e os movimentos sociais têm protagonizado importantes mobilizações em defesa da Petrobrás, do pré-sal, dos campos terrestres e contra a privatização do petróleo. Ao longo dos anos 2000, os trabalhadores ocuparam por diversas vezes as ruas do país e o Congresso Nacional contra os entreguistas de plantão e em defesa da Petrobrás 100% pública. No governo Lula, as mobilizações se intensificaram, assim como a pressão pela suspensão dos leilões de petróleo e por uma nova lei que garantisse o controle do Estado sobre o setor. Em 2009 e em 2010, a FUP organizou duas manifestações públicas em defesa da soberania nacional que foram fundamentais para frear os ataques dos privatistas contra a Petrobrás e o pré-sal. A luta para que o petróleo seja do povo brasileiro continua e deve ser intensificada e ampliada no governo Dilma, a partir de uma agenda unitária construída pelos movimentos sociais.

Ciclo de seminários amplia o debate

Entre junho e setembro de 2010, a FUP percorreu vários estados do país, aglutinando estudantes, trabalhadores, acadêmicos e especialistas em torno da série de seminários intitulada "Pré-Sal e a Nova Lei do Petróleo – Desafios e Possibilidades". Foram cinco debates realizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e Santos, no litoral paulista. Foram abordados temas como distribuição de royalties, geração de emprego e renda, políticas sociais de inclusão, sustentabilidade ambiental, desenvolvimento econômico e social, entre outras questões relacionadas à indústria de petróleo e ao pré-sal. A série de debates cumpriu mais uma etapa da luta



A campanha do petróleo deve ser intensificada e ampliada no governo Dilma a partir de uma agenda unitária dos movimentos sociais.

da FUP em defesa do Projeto de Lei construído em conjunto com os movimentos sociais para garantir o controle estatal e social sobre as reservas brasileiras de petróleo e gás. O seminário con-



tribuiu, principalmente, para fortalecer a discussão sobre a importância estratégica do pré-sal para a soberania nacional.

Maratona em defesa do PLS 531/09

A defesa do monopólio estatal do petróleo, tendo a Petrobrás como executora, é a melhor forma de garantir ao povo brasileiro o controle social sobre um recurso que é alvo de disputa no mundo inteiro. A FUP tem levado este debate aos estudantes, trabalhadores do campo e da cidade, intelectuais, técnicos e especialistas do setor, ambientalistas, pessoas interessadas em entender a importância de se defender um bem tão estratégico, como é o petróleo. O ano de 2010 foi marcado por uma maratona de atividades em defesa do Projeto de Lei 531/09, que foi debatido em palestras, congressos, seminários, encontros improvisados, audiências públicas, manifestações de rua e as mais diversas jornadas de luta pelo país afora.

A FUP tem debatido a importância do monopólio estatal com estudantes, trabalhadores do campo e da cidade, ambientalistas, intelectuais, técnicos e especialistas do setor petróleo.

A FUP também levou o debate em defesa do monopólio estatal do petróleo para além da fronteira brasileira. Em visitas e participações em eventos internacionais, a Federação repercutiu a luta dos petroleiros por uma nova lei do petróleo com os trabalhadores e organizações sociais de Cuba, Noruega, Holanda, Alemanha, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia, Venezuela, Colômbia, Peru, entre outros países. Em maio de 2010, dirigentes da FUP participaram de um intercâmbio na Noruega para conhecer de perto como funciona a legislação que regula a indústria petrolífera do país e o fundo social composto por parte do lucro gerado pelo petróleo.



Dilma, o petróleo é nosso!

A luta contra a privatização da Petrobrás e do pré-sal esteve no centro da eleição presidencial e foi decisiva para a vitória de Dilma Rousseff. A primeira mulher a ocupar o mais alto cargo da administração pública do país foi eleita com o compromisso de acabar com a miséria, continuar fortalecendo a Petrobrás e de que o petróleo seja explorado em benefício do povo brasileiro. Em seu discurso de posse, Dilma reafirmou que “definitivamente, não alienaremos nossas riquezas para deixar ao povo só migalhas”, referindo-se ao pré-sal. “O Fundo Social é mecanismo de poupança de longo prazo, para apoiar as atuais e futuras gerações. Por meio dele queremos realizar muitos de nossos objetivos sociais. Ele é o mais importante fruto do novo modelo que propusemos para a exploração do pré-sal, que reserva à Nação e ao povo a parcela mais importante dessas riquezas”, ressaltou a presidenta eleita em seu primeiro pronunciamento à população.



Após terem apoiado a eleição do primeiro presidente operário do Brasil, os petroleiros foram à luta novamente. Desta vez para eleger a primeira mulher a presidir o país. Com um olho no futuro e outro no retrovisor para impedir o retrocesso, os trabalhadores não hesitaram em declarar apoio a Dilma nos debates sindicais, nos

locais de trabalho, diante de suas famílias e amigos. Sabiam que o que estava em jogo era a continuidade ou não de um projeto popular e democrático de reconstrução do Brasil, onde a Petrobrás e o pré-sal são o passaporte do país para um futuro sem miséria, com mais e melhores empregos, educação, saúde e desenvolvimento.

II Plenafup: “Os petroleiros defendem a pátria de capacete e r...”

Reunidos em Brasília, entre 03 e 05 de junho de 2010, durante a II Plenafup, os petroleiros aprovaram por unanimidade o apoio à eleição de Dilma Rousseff. A Plenária foi marcada pela participação da então candidata, que, diante de um auditório lotado de trabalhadores e jornalistas, reafirmou seu compromisso com o fortalecimento do Estado e para que o pré-sal seja transformado em uma riqueza social. Em seu discurso, ela condenou as tentativas de privatização da Petrobrás levadas a cabo pelos tucanos e lembrou a luta dos petroleiros para barrá-las. “Os petroleiros são a pátria de capacete e



maeação. Vocês são a prova viva do que o Brasil é capaz”, afirmou Dilma Rousseff.

O povo na rua contra a privatização do pré-sal

Em 2010, a classe trabalhadora, os estudantes e os movimentos sociais tomaram novamente as ruas do país em defesa do patrimônio público e da soberania nacional. Cerca de 10 mil pessoas pararam o centro do Rio de Janeiro no dia 21 de outubro, para barrar a agenda tucana de privatização do pré-sal e das estatais, entre elas a Petrobrás. Foi a maior manifestação de rua do segundo turno da eleição presidencial. O ato foi proposto pela FUP e abraçado pelas centrais sindicais e movimentos sociais, que saíram em passeata pela Avenida Rio Branco até a Avenida Chile, onde fizeram um abraço simbólico ao prédio da Petrobrás.

Petroleiros e metalúrgicos fizeram questão de participar da manifestação uniformizados, orgulhosos de se apresentarem como trabalhadores, protagonistas das mudanças sociais que tomaram conta do país nos últimos oito anos. Ao lado deles, faziam coro contra as



tentativas de privatização do pré-sal os bancários, eletricitários, funcionários públicos, trabalhadores dos Correios, trabalhadores rurais e também os que lutam pela terra. “Não, não, não à privatização. O petróleo é nosso e não abrimos mão”, anunciavam os milhares de trabalhadores, estudantes, aposen-

tados, donas de casa e militantes dos mais diversos movimentos sociais e dos principais partidos políticos do campo da esquerda que participaram do ato. A manifestação impulsionou a onda vermelha no segundo turno, que mobilizou os trabalhadores de norte a sul do Brasil contra o retrocesso.

iros são macacão”



Equívoco histórico: PSTU/Semluta fez o jogo da direita

Derrotado nas urnas, o PSTU/Semlutas passou todo o segundo turno da eleição pregando o voto nulo. Mais um equívoco histórico dos divisionistas, que colocaram em risco as conquistas e avanços dos petroleiros e de todos os brasileiros que melhoraram de vida durante o governo Lula. Sem lutas e sem assumir lado em uma disputa clara entre dois projetos antagônicos de país, o PSTU, mais uma vez, fez o jogo da direita.

Imagine se os rumos da Petrobrás e do país seguissem a trajetória apontada por estes divisionistas? Não teríamos elegido o presidente Lula, o Brasil certamente estaria afundado no projeto neoliberal dos tucanos e demos e a Petrobrás, privatizada. Basta olhar

mos para trás e lembrarmos dos ataques sistemáticos do PSTU e da Semlutas às conquistas dos petroleiros e às mudanças implementadas pelo governo na condução política da Petrobrás.

A tal “revolução permanente” que pregam é na verdade a “divisão permanente”. Um jogo inconsequente e perigoso, que fortalece a direita e coloca em risco conquistas sociais, direitos trabalhistas, a soberania nacional e a onda progressista que varre a América Latina e repercute em todo o mundo. Ao ficar em cima do muro em um momento histórico como o da eleição de 2010, o PSTU/Semlutas contribuiu para a candidatura do tucano José Serra e seu projeto de privatização da Petrobrás e do pré-sal.

Trabalhadores unidos contra o retrocesso



Pela primeira vez na história do país, as organizações sindicais e os movimentos sociais unificaram o apoio a uma candidatura na eleição presidencial. Em todo o Brasil, trabalhadores das mais diversas categorias intensificaram a militância pela eleição de Dilma Rousseff. A candidata contou com o apoio das seis centrais sindicais brasileiras: CUT, CTB, Força Sindical, NCST, CGTB e UGT. Os petroleiros montaram comitês e organizaram passeatas e manifestações no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Macció, entre outras capitais do país. A classe trabalhadora foi

às ruas contra o retrocesso que significaria a eleição de José Serra (PSDB/DEM), candidato da direita, apoiado pela mídia e por setores conservadores do país, que mobilizaram até o Papa na tentativa de impedir a vitória de Dilma.

A indignação contra a campanha suja da ultradireita e a luta para barrar o retrocesso unificaram a esquerda no segundo turno da eleição. O PSOL, os militantes verdes, o PCO, o PCR, o Partido Socialista Francês, o PV da França, os socialistas da América Latina e tantos outros expoentes do campo da esquerda anunciaram o apoio à candidatura do PT.

Os petroleiros montaram comitês e organizaram passeatas e manifestações em várias capitais do país para impedir a volta da ultradireita



O petróleo em pauta: Dilma fecha agenda do comitê reunindo-se com a FUP

Antes de ser consagrada nas urnas por quase 56 milhões de brasileiros (56% dos votos válidos), Dilma fez questão de encerrar as atividades do seu comitê de campanha reunindo-se com a FUP. O encontro ocorreu no dia 29 de outubro de 2010, em Brasília, e durou mais de uma hora. Tempo suficiente para os dirigentes sindicais ressaltarem a importância estratégica da Petrobrás e do pré-sal para o país e a diferença entre os dois projetos políticos que estavam em disputa na eleição. Questões da agenda da categoria, como segurança e terceirização, também foram abordadas pela FUP na reunião.



O Brasil pode mais

A eleição de Dilma Rousseff é sem dúvida um marco na história do país. Além de ser a primeira mulher que sucederá um operário na Presidência, ela é também um símbolo de resistência e luta em defesa da liberdade e da soberania nacional. Sua vitória, portanto, consolida o amadurecimento da democracia e de um projeto político de fortalecimento do Estado, com foco na distribuição de renda, geração de emprego e redução da pobreza. A eleição de Dilma também extrapola as fronteiras do país e reforça a onda progressista que inunda a América Latina e aponta para o mundo a importância de um projeto de esquerda democrático, que busque o crescimento econômico com justiça social.

Sem dúvida, é um fato histórico para o povo brasileiro ter como presidenta uma mulher com origens de esquerda, passado revolucionário e cultura marxista. Ela vai governar a sétima maior economia mundial, posição que o Brasil alcançou em 2011, segundo projeções internacionais. Em 2002, o país ocupava o 12º lugar. O Brasil mudou para melhor, mas pode avançar muito mais ainda. Grande parte das transformações que o país viveu nestes últimos oito anos é resultado da luta e da pressão constante da classe trabalhadora organizada e dos movimentos sociais. Uma luta que se intensificará, com o povo na rua e os trabalhadores unidos, cobrando as reformas necessárias para acabar com a miséria, como prometeu a presidenta eleita.

Movimentos sociais aumentam a pressão

Uma das mais emblemáticas atividades do presidente Lula no encerramento de seus dois mandatos na Presidência da República foi o Encontro com os Movimentos Sociais, realizado no dia 15 de dezembro de 2010, no Palácio da República. Ao todo, 500 lideranças sindicais, estudantis, rurais, femininas, do movimento negro e de luta pela



moradia participaram do Encontro, entre elas, a FUP. Os trabalhadores reafirmaram a necessidade de manutenção da política de valorização do salário mínimo e do maior protagonismo do Estado para seguir aprofundando as mudanças do país, com soberania, democracia e justiça social.

Emocionado, o presidente Lula citou as 73 Conferências Nacionais realizadas, que reuniram mais de cinco milhões de pessoas e “decidiram parte dos acertos das políticas públicas que colocamos em prática”. “Esta é uma conquista de vocês. Vocês me ajudaram a construir outro país, muitas vezes ajudaram a encontrar um caminho que eu não estava enxergando”. Desta forma, com consulta e diálogo, enfatizou Lula, foi dado “um salto de qualidade”. E é assim, ampliando a democracia participativa que o país continuará avançando, “de conquista em conquista”.

“Para erradicar a miséria, compromisso da nova presidenta, é imperativo realizar reformas estruturais inadiáveis para a superação dos gargalos históricos que, ao mesmo tempo em que concentram renda e poder político nas mãos de poucos, oprimem a grande maioria. Precisamos garantir mais direitos ao povo e isto significa: avançar nas

reformas tributária, política, agrária, urbana e educacional, estruturando uma sólida e articulada rede de proteção social, imprescindível para um modelo de desenvolvimento sustentável e gerador de igualdade, com respeito ao meio ambiente, que incorpore os milhões de brasileiros e brasileiras que ainda permanecem à margem, sem acesso aos frutos das riquezas do seu próprio país”, ressaltou a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS) em documento entregue à Secretaria Geral da Presidência.

O que querem os trabalhadores

Valorização do salário mínimo; redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução de salário; fortalecimento da Previdência Social pública, com o fim do fator previdenciário e sem aumento na idade mínima da aposentadoria; reforma agrária, com mudanças no índice de produtividade da terra para garantir acesso a quem nela mora e trabalha; utilização dos recursos obtidos no pré-sal no desenvolvimento social, com ênfase para a saúde, educação e erradicação da pobreza; fortalecimento da organização sindical e democratização das relações de trabalho; igualdade e ampliação da distribuição de renda e inclusão social.

Não à privatização da terra e dos recursos naturais



A luta pela terra e por uma reforma agrária popular se intensificou nos últimos anos, com o combate ao latifúndio e com a organização dos trabalhadores no campo, através das ocupações, acampamentos e assentamentos. Assim como o petróleo, a terra é um bem que está diretamente ligado à soberania nacional. Por isso, a FUP e a Via Campesina, através do MST e do MAB, têm protagonizado importantes lutas em defesa da democratização do acesso à terra e à utilização soberana da água e do petróleo em benefício do povo brasileiro.

Nesta última década, petroleiros e trabalhadores rurais consolidaram uma aliança política que tem sido fundamental na construção da unidade dos movimentos sociais na luta contra o latifúndio e contra a privatização dos recursos naturais. Através da campanha "O petróleo tem que ser nosso", FUP, MST e MAB seguem empunhando a bandeira em defesa da soberania nacional e ampliando o debate na sociedade sobre a necessidade de um Estado forte que controle o acesso à terra, à água e ao petróleo. Uma luta que se faz urgente ampliar e fortalecer.

Reforma agrária popular

A reforma agrária é uma política pública que deve ser priorizada pelo Estado para democratizar a propriedade da terra e garantir o acesso a quem nela mora e trabalha. Para isso é necessário reorganizar o modelo de produção agrícola do país, tomando como exemplo a agricultura fami-

lar. Essa é uma luta da Via Campesina, da CUT e das entidades que organizam os trabalhadores no campo. Por isso, os movimentos sociais e a FUP continuarão nas ruas lutando pela reforma agrária, que é uma das mais urgentes reformas estruturantes que o Brasil necessita implementar para garantir o fim da miséria e a tão sonhada justiça social no campo e na cidade. A democratização do acesso à terra está também diretamente ligado ao fim da impunidade aos crimes encomendados pelos ruralistas, cuja bancada no Congresso Nacional tem impedido as reformas que o país tanto necessita, assim como o combate aos assassinatos no campo, à grilagem de terras e ao trabalho escravo. Dos 111 parlamentares da bancada ruralista, 61 foram reeleitos.



Sim ao limite das grandes propriedades

Em 2010, mais de meio milhão de pessoas se posicionaram favoráveis ao limite das grandes propriedades de terra no Brasil, durante o plebiscito popular que mobilizou os movimentos sociais entre os dias 01 e 07 de setembro, inclusive a FUP e seus sindicatos. Promovido pelo Fô-



rum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, o plebiscito foi realizado em todos os estados do país e no Distrito Federal, através do voto direto de brasileiros acima de 16 anos. A expressiva participação da população apontou que a sociedade brasileira entende ser necessário regulamentar as grandes propriedades de terra com um limite máximo de tamanho, como determina a Constituição.

O Brasil é o segundo país do mundo que mais concentra terras. Segundo o último Censo Agropecuario, realizado pelo IBGE em 2006, o Brasil tem 5, 2 milhões de estabelecimentos rurais, dos quais 84% são de agricultura familiar. São 4,4 milhões de pequenas propriedades que, juntas, ocupam apenas 24% da área agrícola brasileira e empregam 74% dos trabalhadores rurais. Por outro lado, 86% das terras agrícolas concentram as grandes propriedades rurais. São 250 milhões de hectares de terra, área equivalente às regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, juntas! Enquanto a pequena propriedade emprega 15 trabalhadores a cada cem hectares, os latifúndios ocupam o mesmo tamanho de terra com menos de duas pessoas.

MOVA-Brasil: a FUP construindo cidadania

Através de uma parceria com o Instituto Paulo Freire e a Petrobrás, a FUP vem articulando desde 2003 o projeto MOVA-Brasil, que já alfabetizou neste período mais de 150 mil jovens e adultos em dez estados brasileiros. Mais do que letras e números, o MOVA-Brasil tem garantido aos alunos e às comunidades contempladas pelo projeto a oportunidade de reconstruírem seus destinos e de conquistarem o direito à cidadania plena e participativa.

Em 2011, o MOVA-Brasil contará com mais 1.265 turmas nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país, em estados como Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Em 2010, o projeto também chegou ao sistema prisional de Pernambuco, onde, além de alfabetizar detentos e detentas, promoveu oficial



nas de gênero e sexualidade, fortalecendo a auto-estima das educandas. Foram 34 turmas em presídios de Pernambuco e duas na Paraíba. Através de um

acordo com o Poder Judiciário pernambucano, os detentos alfabetizados pelo MOVA Brasil terão direito à remissão de dias nas penas cumpridas.

Petroleiros se mobilizam e garantem investimentos da Reman

Garantir os investimentos que estavam previstos para as obras de modernização da Reman e impedir que a refinaria fosse reduzida a um mero terminal de distribuição. Esta foi uma das lutas que mobilizaram a FUP e o Sindipetro-AM em 2010, envolvendo na batalha o presidente Lula, a então candidata Dilma Rousseff, movimentos sociais, parlamentares amazonenses e, principalmente, os trabalhadores, que tomaram as ruas de Manaus



em defesa da Reman. A refinaria corria o risco de perder os investimentos necessários para adequá-la às novas

exigências ambientais, modernizando o seu parque de refino para que possa produzir os derivados de petróleo com baixo teor de enxofre, como será obrigatório por lei a partir de 2013. Com luta, mobilização e gestões políticas da FUP e do Sindipetro-AM, os petroleiros garantiram que a Petrobrás mantivesse em seus planejamentos estratégicos os investimentos necessários para modernizar a única refinaria da região Norte do país.

Após 20 anos de luta, anistiados da Petroflex retornam à Petrobrás



Após duas décadas de luta árdua e incansável por justiça, os

trabalhadores da Petroflex e Nitroflex, empresas que pertenciam ao Sistema Petrobrás, mas foram extintas em 1990 pelo governo de Fernando Collor de Mello, voltaram a pertencer aos quadros da estatal. Em janeiro de 2010, um grupo de 87 anistiados da Petroflex retornou à Petrobrás, uma vitória que consolida a luta da FUP, de seus sindicatos e, principalmente, do Movimento dos Petroleiros Demitidos (MOPED), que persegue há anos este objetivo. Cerca de 90 petroquímicos anistiados ainda deverão ser

convoçados pela Petrobrás, após terem seus processos analisados pela Comissão Especial Interministerial (CEI), cujos trabalhos têm sido acompanhados pela FUP. A reintegração dos trabalhadores arbitrariamente demitidos é uma bandeira histórica da Federação. Através da mesa de negociação com a Petrobrás, das interlocações com parlamentares e representantes do governo e de muita mobilização, a FUP conseguiu trazer de volta à estatal mais de 1.100 petroleiros anistiados ao longo dos dois mandatos do presidente Lula.

Democratizar a comunicação:



A luta pela democratização da comunicação passou a ser priorizada pelas entidades sindicais, estudantis, movimentos sociais e partidos políticos do campo da esquerda. Diversos setores da sociedade intensificaram a mobilização para romper com a hegemonia da velha mídia monopolizada por meia dúzia de famílias, que durante décadas manipulam a informação de acordo com os interesses da elite que representam. Nas eleições de 2010, o jogo pesado e sujo dos jornalões e das principais emissoras de TV escancarou o partidarismo dessa velha mídia, que de tudo tentou para atropelar a vontade soberana do povo,

colocando em risco a democracia, como fizeram ao apoiar o golpe militar em 1964, que resultou em 20 anos de ditadura.

Derrotados nas urnas, os barões da velha mídia continuam tentando impor a pauta da direita, com pressões, chantagens e manipulações para que o novo governo incorpore o "ajuste fiscal" e a agenda do neoliberalismo. Cabe aos movimentos sociais, e sobretudo à classe trabalhadora organizada, contraporem-se a esta ditadura midiática, através de investimentos em instrumentos potentes de comunicação e na massificação de mídias alternativas e comunitárias.

II Plenafup debate o enfrentamento à velha mídia

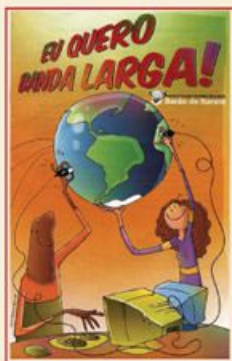
Durante o Encontro Nacional de Comunicação, que integrou a programação da II Plenária Nacional da FUP, realizada em junho de 2010, em Brasília, os petroleiros

mostraram que a luta por uma comunicação livre e democrática deve ser absorvida por todas as categorias. Os jornalistas Altairio Borges, presidente do Centro de Estu-

dos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e articulista do Portal Vermelho, e Leandro Fortes, repórter e editor da Revista Carta Capital, analisaram o comportamento da velha mídia ao longo do governo Lula e ressaltaram a importância da imprensa sindical se contrapor cada vez mais ao Partido da Imprensa Golpista (PIG), expressão criada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim e que se popularizou através dos blogueiros e meios alternativos de comunicação. Os jornalistas destacaram a importância da internet e das rádios e TVs comunitárias como meios alternativos, através dos quais a imprensa sindical pode ampliar a comunicação não só com os trabalhadores que representam, mas, principalmente, com toda a sociedade.



desafio da classe trabalhadora



“Eu quero banda larga!”.

Este é o título do gibi que o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé lançou no segundo semestre de 2010 com o objetivo de ampliar o debate e a mobilização para garantir o direito de toda a população ter acesso à internet de alta velocidade. O gibi procura mostrar que o direito à informação é também direito à Banda Larga e depende da ação direta do Estado, através de políticas públicas de inclusão digital e de regulamentação do setor. A FUP é uma das entidades apoiadoras desta primeira edição do gibi, que esclarece e orienta a população sobre a importância do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado pelo governo federal, através da Telebrás. Com custos entre R\$ 15 e R\$ 35, os brasileiros passaram a ter internet rápida em regiões do país de difícil acesso à rede mundial de informação. O Programa já chegou a mais de 100 municípios brasileiros e 15 capitais das regiões Sudeste e Nordeste, além de Brasília. A meta é levar a banda larga também à região Norte do país, onde são grandes as dificuldades de conexão à internet.



Juventude Petroleira no Primeiro Encontro Nacional de Blogueiros

Em agosto de 2010, os moderadores do Blog Juventude Petroleira participaram do 1º Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas, realizado pelo Centro de Estudos de Mídias Alternativas Barão de Itararé. Cerca de 330 blogueiros, de 19 estados brasileiros, estiveram presentes no evento. Todos com o mesmo gás, ansia e vontade de contribuir para que a democratização da comunicação seja feita de maneira efetiva, por todos os internautas que são protago-

nistas da chamada “Blogosfera”. Foi o primeiro passo efetivo no processo de mudança de patamar na correlação de forças entre a comunicação vertical e a horizontal. Ou seja, entre a velha mídia, que trata o seu público enquanto consumidor e receptor, e a nova mídia, que se constrói de forma colaborativa e em processo de rede.

Vida longa ao Juventude Petroleira e a tantos outros blogs que contribuem para a democratização da comunicação.

<http://juventudepetroleira.wordpress.com/>

TV dos Trabalhadores

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista lançou em outubro de 2010 a primeira emissora de televisão administrada e voltada para os trabalhadores. A transmissão é feita pelo canal UHF 46, de Mogi das Cruzes (SP) e pela TV Web do Sindicato. Foram 22 anos de luta por um canal de TV, desde a entrega da primeira solicitação de concessão ao Ministério das Comunicações, em setembro de 1987, até outubro de 2009, quando o presidente Lula assinou o decreto autorizando o pedido. Ao longo destas duas décadas, os metalúrgicos participaram de quatro concorrências de concessão de radiodifusão, todas preteridas, até que finalmente conquistaram a concessão, em abril de 2005.

A TV dos Trabalhadores (TVT)

é retransmitida por 27 canais comunitários da região da Grande São Paulo e por mais de 240 pontos de abrangência da Rede NGT, que tem emissoras próprias no estado paulista e no Rio de Janeiro, além de uma rede de TVs afiliadas, que atingem atualmente cerca de um quarto do território nacional. A emissora é um canal educativo, com foco na informação, cultura e história do trabalhador. Também em outubro de 2010, a CUT lançou o seu novo portal de comunicação na internet, que conta agora com uma rádio-web e uma TVWeb, que estão integrando os trabalhadores e os movimentos sociais com matérias, entrevistas e reportagens de conteúdo ignorado pelos grande latifundiários da velha mídia nacional.